

Informe FUP

12.11.2007

Campanha Reivindicatória - Sistema Petrobrás

Encerrada mais uma rodada de negociação sem avanços nas principais reivindicações da FUP. Vamos fortalecer o nosso calendário de greve

A FUP e seus sindicatos deram prosseguimento nesta segunda-feira, 12, a mais uma rodada de negociação com a Petrobrás e subsidiárias, reforçando as reivindicações da categoria que são consideradas fundamentais nesta campanha, cujo acordo negociado terá dois anos de validade para as cláusulas sociais. Nesta segunda, foram novamente discutidos em mesa bandeiras de luta, como recomposição salarial com ganho real, reconhecimento da periculosidade em áreas operacionais, auxílio-educação para o ensino superior, adicional regional para o estado do Amazonas, unificação das tabelas de reembolso dos benefícios educacionais, solução das pendências dos petroleiros anistiados, direito efetivo de defesa do trabalhador nos processos de demissão com e sem justa causa, implantação das OLTs, entre outras reivindicações.

Nestas duas últimas rodadas de negociação (dias 9 e 12), a Petrobrás só formalizou como proposta o adicional regional para os trabalhadores do Amazonas e sinalizou que pode avançar em outras questões, como a gestão da AMS e a solução das pendências dos anistiados, mas ainda não concretizou uma contraproposta sobre estes pontos. Além disso, a empresa não atende plenamente reivindicações fundamentais, como o auxílio ensino superior, reconhecimento da periculosidade, dia de desembarque, recomposição dos efetivos, aposentadoria especial, OLTs, ampliação do direito de defesa dos trabalhadores nos processos de demissão, entre outras bandeiras de luta apontadas pela FUP e sindicatos como importantes no fechamento deste acordo. A Federação reafirmou que continua privilegiando a mesa de negociação na busca de um acordo que atenda as reivindicações da categoria e ressaltou que a Petrobrás teve tempo mais do que suficiente para construir uma proposta neste sentido. A FUP também reforçou o calendário de mobilização já apontado para os trabalhadores, destacando que as assembleias para aprovação da greve com controle de produção começam nesta sexta-feira, dia 16.

Mobilização nesta terça, 13, e construção da greve com controle de produção

A FUP recomenda aos trabalhadores que intensifiquem as mobilizações, com participação maciça nas setoriais e seminários de qualificação da greve com controle de produção, que está prevista para ter início no dia 26. Nesta terça-feira, dia 13, vamos reunir o maior número possível de petroleiros no Rio de Janeiro para cobrar a implementação da repactuação do Plano Petros e exigir a suspensão dos leilões de petróleo. Esse ato integra o calendário de mobilizações convocado pela FUP e seus sindicatos para novembro que culminará com a greve no final do mês. Na quarta-feira, 14, a direção da Federação se reúne com os sindicatos filiados para consolidar o calendário da greve, cujas assembleias começam na sexta-feira, 16. É fundamental garantirmos essa agenda, intensificando as mobilizações, para avançarmos na mesa de negociação rumo a uma proposta de acordo coletivo que contemple cada uma das reivindicações cobradas.

Reivindicações discutidas nesta segunda-feira com a Petrobrás

Adicional para trabalhadores do estado do Amazonas – A reivindicação da FUP é de um adicional regional que atenda todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás no estado do Amazonas, que sofrem uma série de dificuldades referentes a deslocamentos e a moradia. A proposta atual da empresa é de um adicional de permanência para todos os trabalhadores da Petrobrás que atuem e residam no estado, cujo valor representa 60% da tabela de adicional praticada no Amazonas. Segundo o RH, esta proposta deve contemplar cerca de 1.200 trabalhadores. A FUP cobrou que o adicional seja extensivo a todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás que atuem em unidades do Amazonas, mesmo que residam em outras regiões do país. A empresa se comprometeu a avaliar a extensão do adicional proposto a estes petroleiros.

Reconhecimento da periculosidade – A FUP reivindica que os trabalhadores de unidades operacionais, que recebem o adicional de periculosidade, tenham um tratamento diferenciado em relação aos demais petroleiros da empresa, que recebem a RMNR. A Petrobrás informou que não há condições de atender a esta reivindicação, alegando que já resolveu no PCAC as discriminações que existiam na empresa. A Federação ressaltou que a companhia deu tratamento igual entre os trabalhadores que recebiam a VP-Periculosidade e

os que não tinham direito a esta vantagem, resolvendo uma discriminação criada pela própria empresa. No entanto, os trabalhadores de unidades operacionais, que recebem Adicional de Periculosidade e, portanto, atuam em áreas perigosas, deixaram de ter um diferencial em relação aos demais petroleiros, sendo, portanto, prejudicados. A reivindicação da FUP, cuja bandeira histórica sempre foi de incorporação da VP-Periculosidade para todos os trabalhadores e pagamento da periculosidade a quem tem direito, é de que a Petrobrás crie uma alternativa que reconheça o conceito de periculosidade nas unidades operacionais. A proposta da FUP é de que a empresa passe a calcular o ATS sobre o salário básico mais o a periculosidade.

Solução das pendências dos anistiados – A FUP cobrou que a Petrobrás resolva todas as pendências ainda existentes em relação aos anistiados que retornaram ao Sistema. A proposta da empresa é de se criar uma comissão conjunta com a FUP, específica para analisar a situação dos anistiados das empresas extintas, com o compromisso de resolver todas as pendências elencadas pela Federação, respeitando-se as condições que estes trabalhadores tinham no passado. Em relação ao pagamento dos níveis devidos aos petroleiros que participaram das greves de 94 e 95 e foram anistiados pela Comissão Interministerial, a Petrobrás concordou, finalmente, em cumprir a decisão de anistia, acabando com os obstáculos criados até então, como os critérios que no passado consideravam o dia de greve como falta.

Benefícios educacionais – A FUP reforçou os pleitos da categoria de estender o auxílio educacional para os cursos de nível superior e de unificar as tabelas de reembolso, acabando com os pisos regionalizados. A Petrobrás manteve a sua proposta anterior de criar convênios com universidades privadas em todas as regiões do país onde a empresa tem atuação. A FUP ressaltou que a reivindicação dos trabalhadores não é convênio e sim o reembolso de parte da mensalidade, nos mesmos moldes do que a empresa pratica nos auxílios para os ensinos fundamental e médio. A Federação destacou a importância deste pleito, cuja relevância para a categoria é grande, não só pelo impacto econômico que representa no orçamento de um trabalhador, mas, principalmente, pelo apelo social desta bandeira, que é possibilitar o acesso a todos os filhos de petroleiros à universidade.

Divisão das férias em dois períodos para todos os trabalhadores, independentemente da idade – A Petrobrás concorda com o pleito da FUP e informou que está estudando a melhor forma de redação para a proposta, de forma a não criar impedimento por parte do DEST.

Organização por Local de Trabalho – A FUP, mais uma vez, ressaltou a importância da implementação das OLTs para o fortalecimento da organização sindical dos trabalhadores do Sistema Petrobrás. A empresa não concorda com a reivindicação.

Direito de defesa nos processos de demissão – A Federação cobrou que a atual cláusula do Acordo Coletivo que trata dos processos de demissão seja ampliada, aumento o prazo de defesa do trabalhador de 48 horas para oito dias, para que de fato garanta na prática este direito. A FUP reforçou a importância da empresa agir com transparência e democracia nos processos de demissão, garantindo, em tempo hábil, o amplo direito de defesa a todos os trabalhadores. O que se tem hoje na companhia é a política de dois pesos e duas medidas. A Federação citou como exemplo a operação Águas Profundas, cujos desmembramentos de ações por parte da Petrobrás até hoje não foram esclarecidos ao movimento sindical, como cobrou a FUP há mais de dois meses e até hoje não obteve respostas.

Igualdade de condições de trabalho para os terceirizados – A FUP voltou a cobrar que a Petrobrás garanta em seus contratos com as prestadoras de serviço condições iguais de segurança e trabalho para os petroleiros terceirizados. A Federação também destacou a importância da Petrobrás acabar efetivamente com a terceirização na fiscalização de contratos.

Aumento real de salários – A reivindicação da FUP é de recomposição salarial com aumento real. Segundo o RH, a Petrobrás concedeu reajustes acima da inflação de no mínimo 18% nos últimos quatro anos, tomando como base o IPCA e as mudanças ocorridas com a implantação do novo PCAC. O RH informou que a empresa não tem propostas para aumento real. A FUP deixou claro que a categoria petroleira conquistou nos últimos anos o que lhe foi usurpado há mais de uma década. Além disso, os resultados da empresa neste período foram recordistas, principalmente para os acionistas privados, que recebem os dividendos em dólares. Os ganhos do trabalhador não são favor, nem mérito da Petrobrás. Foram conquistas garantidas na luta pela categoria e significam a reparação de uma série de desvios e distorções herdadas das gestões passadas, onde os petroleiros foram vítimas de uma política de RH focada no autoritarismo, perseguições e discriminações. A Federação foi enfática em destacar que a Petrobrás tem plenas condições de garantir aumento real para os trabalhadores, como vêm fazendo outras empresas do setor, cujo lucro e resultados nem se comparam aos da estatal.

Direção Colegiada da FUP